

# Memória de Economista: Roberto Campos e o pensamento econômico entre 1945 e 1964

Priscilla Carreiro Rodrigues de Lima; Noé Freire Sandes.

Universidade Federal de Goiás (UFG); CEP: 74.000-00

E-mail: [priscilla\\_carreiro@hotmail.com](mailto:priscilla_carreiro@hotmail.com); [noefsandes@uol.com.br](mailto:noefsandes@uol.com.br)

Palavras-Chave: Memória, História, Economia Política

## Introdução

No decorrer da pesquisa foi de fundamental importância uma análise detalhada da obra do economista Roberto Campos, “A Lanterna na Popa”, pois o objetivo primordial desse trabalho consiste exatamente em apresentar as intervenções desse economista no cenário político-econômico brasileiro. Este projeto está vinculado ao projeto do Prof. Dr. Noé Freire Sandes “Entre a memória e a história: os exilados da velha República.” O projeto visa, sobretudo, discutir o projeto político dos sujeitos políticos que foram derrotados em 1930. A percepção de que não mais havia espaço para o pensamento liberal era generalizada, portanto a centralização política e o crescimento do Estado foram instrumentos fundamentais para a formação de uma nova gestão da economia brasileira que se modernizava a passos largos. Roberto Campos se apresenta nesse debate como adepto do desenvolvimentismo associado ao capital internacional. Nosso objetivo consiste fundamentalmente em avaliar o pensamento econômico brasileiro entre 1945 e 1964 significa, portanto, adentrar no debate a partir de outro patamar.

Em *Lanterna na popa*, Roberto Campos avalia esse processo a partir de outra temporalidade. O golpe de 1964 interrompeu o ímpeto do reformismo, entretanto manteve a proeminência do Estado no desenvolvimento da economia do país e no controle dos atores políticos. Interessa, portanto discutir a avaliação do passado nacionalista no momento de redefinição política no pós-Segunda Grande Guerra. Nessa direção, percebe-se os elementos de continuidade e descontinuidade em relação a experiência política autoritária responsável pelo ingresso do país em um acelerado processo de modernização.

Para o desenvolvimento do projeto foi necessário rediscutir a avaliação do pensamento econômico nacionalista por meio da obra “Lanterna na Popa” de Roberto Campos.

O autor será apresentado por meio de uma rápida visão biográfica com o claro objetivo de situar a leitura da obra. Não se trata de biografar o autor, mas de situá-lo no seu contexto. Tendo em vista que a leitura da autobiografia como gênero textual exige a discussão da imagem de “si” como representação, foi portanto necessário reunir dados sobre o projeto de escrita do autor e da relação entre a sua vivência e o modo como visa o passado, especialmente com a derrota dos reformistas após 1964.

Para o desenvolvimento do projeto foi fundamental o debate acerca da relação entre memória e história, pois a hipótese inicial é que a obra de Roberto Campos se situa em um espaço de confluência entre as duas formas de conhecimento do passado, a memória e a história. A memória firma um compromisso com a vivência, com os afetos, com o grupo. A história, por sua vez, requer controle metódico. Entretanto as duas formas de representação do passado convivem no momento que o economista reflete sobre seu pensamento ao narrar sua vida.

Dessa forma, a obra central por meio da qual se desenvolvesse o presente trabalho foi “A Lanterna na Popa”. A ironia, presente no título, já indica a subjetividade presente na autobiografia de Roberto Campos. Assim, o debate sobre o pensamento econômico se associa à história de vida, conferindo pertinência ao diálogo entre memória e história. Da leitura do texto se conclui que, a objetividade do economista tende a ceder espaço para a subjetividade das vivências do homem Roberto Campos.

O reformismo nacionalista modificou a gestão do Estado e da economia brasileira. O projeto modernizador liderado por Vargas se transformou em uma ideologia política e, posteriormente, em um projeto político que conduziria o país a modernização com clara liderança das chamadas “esquerdas”. O fim da 2ª Guerra representou um momento de retorno do pensamento liberal, entretanto a herança varguista ainda conservava capacidade de orientação para a sociedade brasileira. Esse processo é interrompido com o golpe de 1964. Roberto Campos é um observador-participante desse processo. Suas memórias permitem acompanhar esse processo em distintas etapas. Interessa, portanto, refletir sobre o pensamento liberal na conjuntura da mudança operada após 1945, com o intuito de contribuir para o debate acerca das representações e das disputas políticas que ainda conservam pertinência para as questões do presente.

## **Roberto Campos e a escrita de si**

O economista Roberto Campos ao escrever sua autobiografia acaba por gerar o reconhecimento de si próprio. O autor busca prestar contas, esclarecer fatos, como o acordo

de Roboré sobre o petróleo boliviano, episódio que parece ter sido um dos mais dolorosos de sua vida política que acabou gerando a alcunha de "Bob fields". Roberto Campos colocava-se a favor da participação de capitais estrangeiros na exploração de petróleo na Bolívia, e em julho de 1959 "estudantes nacionalistas", exibiam faixas na porta do BNDE, Rio de Janeiro: "abaixo Bob Fields, entreguista do Brasil"! Diante da empáfia dos estudantes Roberto se colocou na porta dizendo: " Há um ligeiro engano. Os senhores não são juízes, nem eu sou réu. Enquanto não concluírem seus estudos e não devolverem à sociedade o custo do treinamento, os senhores serão apenas parasitas e não heróis nacionalistas".

Campos orgulhava-se de pagar elevado preço pela defesa intransigente da racionalidade e por sua impaciência com manifestações de burrice que permeavam os debates sobre temas econômicos. Levava à loucura os pseudo-intelectuais engajados na defesa de soluções nacionalistas, "progressistas" e estatizantes.<sup>1</sup>

Dessa forma, sua narrativa busca esclarecer fatos, demonstrando-se como um genial inimigo da irracionalidade na condução das políticas econômicas. Roberto Campos contribuiu como poucos homens de sua geração para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Campos no segundo governo de Vargas (1950-1954), teve participação fundamental na elaboração de projetos para o crescimento. Conforme descreve no capítulo V, intitulado "Primeiras Experiências de Planejamento", o economista apontou a necessidade de uma visão conjunta de planejamento, que abrangesse os setores de transporte, energia, indústria básica, agricultura, entre outros setores. As transformações propostas por Campos exerceram papel fundamental para a modernização da indústria brasileira.

Em uma análise sobre o sistema tributário brasileiro, o economista Marcos Cintra, professor titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas, assume que os argumentos de Roberto Campos continuam sendo pertinentes e deveriam servir à reflexão de parlamentares, empresários, trabalhadores e acadêmicos que desejam melhorar o "deplorável" sistema tributário brasileiro. A exemplo dessa colocação é justificável a pretensão de avaliar a vida e a obra do economista Roberto Campos. O interesse parte de questões postas no presente, especialmente os problemas econômicos enfrentados nos dias atuais.

Assim temos que ao nos depararmos com uma obra de caráter autobiográfico devemos nos questionar: por que arquivamos nossas vidas? Escrever um diário, guardar papéis assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam daquilo que Foucault denomina a preocupação com o eu.<sup>2</sup> Arquivar a própria vida é se por no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.

<sup>1</sup>CAMPOS, Roberto. A Lanterna na Popa. Memórias. Rio de Janeiro: Top books, 1994. p. 365-375.

<sup>2</sup>. MICHEL, Foucault. História da sexualidade 3 cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985

Pensar sobre a intenção autobiográfica é importante para o desenvolvimento da pesquisa, pois a contribuição de uma obra será maior, dependendo da percepção dos efeitos simbólicos. A escrita de si é uma forma de responder as injunções sociais, de forma a buscarmos manter nossas vidas sem mentir, sem pular páginas nem lacunas.

Em uma autobiografia não só selecionamos alguns acontecimentos, como também os ordenamos em uma narrativa, pelo critério da classificação dos acontecimentos que determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas na posteridade. Assim arquivar a própria vida significa testemunha-lá, isto é, buscar coerência em nossa existência.

O Roberto Campos relatou ao longo de sua obra suas origens de filho de professor e mãe costureira, nascido em Mato Grosso em 17 de abril de 1917. Em sua autobiografia ele conta, as peripécias do menino de pantanal, que se tornou teólogo no claustro, diplomata na paz e na guerra, economista presente na criação da estrutura econômica do pós-guerra, passando a tecnocrata, administrador e político.

A imagem que Roberto quer transmitir sobre si, e a forma pela qual ele o vê é sugerida pela seguinte frase: “Em nenhum momento consegui a grandeza. Em todos os momentos procurei escapar da mediocridade”<sup>3</sup> Ele se afirma como alguém que lutou apesar de suas dificuldades e limitações. Ator relevante e espectador engajado, Roberto afirma ter sido um pouco apóstolo sem coragem de ser mártir, que lutou contra a tendência do nacional-populismo, antecipando o refluxo da onda. Às vezes ousou profetizar, não por ver mais que os outros, mas por ver antes. Segundo Campos por muito tempo ele foi considerado um como imprudente por defender o liberalismo econômico. Mas como ele próprio afirma os acontecimentos mundiais promoveram a ele a qualificação de profeta responsável.

O autor fala de sua passagem por seminários em Minas Gerais, onde o ensino da lógica escolástica permitiu que ele desenvolvesse a disciplina do raciocínio e do estudo, que se tornou para ele, que não tinha “pistolão”, uma arma decisiva de aprovação no concurso do Itamaraty. Relembra os passos de sua carreira de funcionário diplomático, nos anos 40, nos Estados Unidos, onde teve a oportunidade de assistir à estruturação de FMI, do Banco Mundial e da ONU. De forma detalhada, descreve suas atividades de dirigente de importantes agências governamentais de gestão econômica no Brasil, nos anos de 50 e 60, tais como o BNDE e o Ministério do planejamento do governo Castelo Branco, passando pelos Planos de Meta de Juscelino Kubitschek. Descreve ainda sua atuação parlamentar, a partir dos anos 80.

Podemos, assim, avaliar a sua obra autobiográfica como uma forma de justificar ou até mesmo ratificar sua trajetória na vida política-econômica do Brasil, esperando do leitor compreensão e admiração pelos seus feitos em nome do desenvolvimento do país. Mas o

---

<sup>3</sup>. CAMPOS, Roberto. A Lanterna na Popa. Memórias. Rio de Janeiro: Top books, 1994. p. 20.

significado primordial da sua autobiografia se passa pela busca do efeito de verdade, que segundo Ângela de Castro Gomes, se exprime pela primeira pessoa do singular que traduz a intenção de revelar dimensões “íntimas e profundas” do indivíduo que assume sua autoria.<sup>4</sup>

Segundo afirma Artières, o arquivamento do eu não é uma prática neutra, e muitas vezes, é a única ocasião de um indivíduo de se fazer tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. É um importante processo na construção da identidade do indivíduo. Escrever uma autobiografia é preparar simbolicamente o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros tem de nós. A escrita autobiográfica desafia a ordem das coisas, a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo. Significa definitivamente uma maneira de publicar a própria vida que sobreviverá ao tempo e a morte. Roberto Campos escreve sua autobiografia por pretensões que extrapolam a vontade de esclarecer simplesmente suas ações políticas. Ele busca esclarecer, fundamentar e eternizar a sua existência.

### **A “Lanterna na Popa” e modo de produção do conhecimento histórico**

Só do historiador se pode dizer, falando absolutamente, que se refere a algo "real", no sentido de que aquilo que ele fala pôde ser observado pelas testemunhas do passado. Em comparação, os personagens do romancista são simplesmente "irreais"(...). Entre a "realidade do passado" e a "irrealidade da ficção", a dissimetria é total<sup>5</sup>

Contudo, podemos afirmar que apesar de dotado de uma carga de subjetividade, o historiador de ofício possui um compromisso com a verdade. Busca responder as questões postas pelo presente. Mas mesmo que suas motivações sejam subjetivas e pessoais, o historiador ao avaliar a relatividade do real bem como as ambiguidades do verdadeiro, busca responder adequadamente às questões por ele mesmo proposta.

Segundo Rusen, a consciência histórica é, pois, guiada pela intenção de dominar o tempo que é experimentado pelo homem como ameaça de perder-se na transformação do mundo e dele mesmo.

O pensamento histórico é, por conseguinte, ganho de tempo, e o conhecimento histórico é tempo ganho. A consciência histórica é uma forma da consciência humana que está relacionada diretamente com a vida prática. Por meio dele os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmo, de tal forma que possam

<sup>4</sup> GOMES, Ângela de Castro (org). Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: Editoria FGV, 2004.

orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.

A consciência histórica constitui-se também como produção de sentido na experiência do tempo. Trata-se de um processo da tomada de consciência em que as experiências do tempo são interpretadas com relação às intenções do agir e, enquanto interpretadas, inserem-se na determinação do sentido do mundo e na auto-interpretação do homem e da sociedade, parâmetros de sua orientação no agir e no sofrer. A consciência não se constitui, pois, na racionalidade teleológica do agir humano, mas sim na "racionalidade de sentido". Nessa medida, o tempo é experimentado como um obstáculo do agir, sendo vivido pelo homem como uma mudança do mundo e de si mesmo que se opõe a ele, certamente não buscada por ele dessa forma, que, todavia, não pode ser ignorada, se o homem continua querendo realizar suas intenções. Mediante as reflexões do teórico Rusen, fica explícito a importância da consciência histórica para agir do homem no tempo.

As reflexões acima nos serve como pressuposto para se pensar na intenção do autor de "A lanterna na Popa". Roberto Campos busca esclarecer fatos, dar sentido à própria existência. O autor não busca escrever uma ficção, seu compromisso é com a verdade, mas a sua verdade, que deve ser cuidadosamente avaliada por um historiador de ofício que se lança a refletir sobre a obra e suas contribuições para a avaliação da experiência nacionalista no momento de redefinição política após o fim da Segunda Guerra, bem como as mudanças ocorridas após o Golpe de 64. Roberto Campos é personagem principal em grandes mudanças no cenário político econômico do Brasil, não podendo, portanto, ser ignorado por historiadores preocupados em responder os problemas políticos-econômicos enfrentados no presente. Segundo Ricoeur, o historiador está limitado ao que um dia foi, e possui uma dívida com os homens do passado, com os mortos, com os vivos antigos. Se a narrativa ficcional pode ser auto-referente, a narrativa histórica recorre sempre dos mecanismos externos, tais como os documentos e os calendários.

Segundo Ricoeur, enquanto a narrativa histórica compromete-se na reinscrição do tempo vivido, no tempo universal, a narrativa ficcional tece variações imaginativas que exploram de forma profícua as falhas entre o tempo cosmológico o fenomenológico. Essa argumentação se insere em um debate amplamente discutido pelos historiadores preocupados com o modo de produção de seu ofício. A narrativa histórica não pode ser considerada construtos vazios e imaginários, ainda que possam se utilizar de imaginação. Não são como repositórios da verdade, mas como documentos e narrativas ordenadoras da experiência humana, portanto carregam consigo possibilidades explicativas da ação humana.<sup>6</sup>

Para os historiadores de ofício é impossível negar a importância da produção

---

<sup>6</sup>. RICOUER, Paul. Tempo e Narrativa. Campinas: Papirus, 1997. Tomo III. P. 270

memorialista. Essas obras são fundamentais, pois podem atuar como suporte para novas investigações historiográficas.

A narrativa memorialista embora trate com sinceridade os fatos, não podem ser consideradas uma obra historiográfica. Assim como descreve Certeau:

Existe as leis do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesma. Elas organizam uma "polícia" do trabalho. Não "recebido" pelo grupo, o livro cairá na categoria de "vulgarização" que, considera com maior ou menor simpatia, não poderia definir um estudo historiográfico. Será necessário ser acreditado para acender à anunciação historiográfica<sup>7</sup>

Por não está sujeito às imposições das mesmas leis do historiador, o memorialista acaba produzindo uma escrita valendo-se de práticas distintas da historiadores, isso pode se dar com relação ao tratamento das fontes, ao uso de conceitos, entre outros aspectos. Fundamentalmente o memorialista lida como a fidelidade por meio de sua vivência. O fato é que por não se enquadrar nos caminhos trilhados pelos historiadores, geralmente, as obras memorialistas não são reconhecidas como uma obra de valor historiográfico. Entretanto as obras memorialistas não podem ser ignoradas, pois são essenciais na recomposição do passado, concorrendo assim com os historiadores como forma de interpretação da experiência temporal. E nessa medida “A Lanterna na Popa” adquire fundamental relevância para a produção do conhecimento histórico.

### **Roberto Campos, sua trajetória e Golpe de 64**

A história de vida do Roberto Campos deve ser vista dentro do contexto histórico mais amplo de constituição do chamado “Estado desenvolvimentista”, e de formações de novas elites políticas no país, aquelas encarregadas da direção dos novos órgãos governamentais criados para a regulação e intervenção econômica. Ele fez parte das primeiras gerações de “técnicos”(denominação dada, nos anos 40 e 50, a profissionais que depois serão conhecidos como “economistas”). Essas gerações eram constituídas predominantemente de engenheiros (como Eugênio de Gudin e Roberto Simonsen), ligados a empresas de construção de obras públicas que participaram de numerosos conselhos técnicos e comissões econômicas do primeiro governo Vargas; e ainda de advogados e/ou altos funcionários

---

<sup>7</sup>. CERTAU, Michel de. A cronologia, ou lei mascarada. In: "A Escrita da História". 2.ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2000. P. 2

governamentais (como Otávio Gouveia de Bulhões, Celso Furtado, Rômulo Almeida e próprio Campos). Interessando por assuntos econômicos por razão de ofício, esses homens se tornaram economistas, estudando como autodidatas ou em programas de pós-graduação no exterior, como foi seu caso, ao frequentar os cursos noturnos da Universidade George Washington e depois os de Columbia, em Nova York.

O grupo dos primeiros “técnicos” participaram intensamente do processo de criação de órgãos como BNDE, da formatação das instituições de planejamento econômico e do sistema financeiro, como a Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito, vinculada diretamente ao Ministério da Fazenda, foi criada para controlar o mercado monetário e preparar a organização do Banco Central) e o Banco Central. Roberto Campos colaborou igualmente com o mesmo grupo na consolidação de outras instituições como a Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, da então Universidade do Brasil, e o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas, ambos criados e dirigidos, durante muitos anos, por Gundin e Bulhões. A Faculdade de Economia do Rio, juntamente com a USP, foi pioneira no sistema universitário brasileiro, e o Ibre introduziu e desenvolveu no Brasil, de forma pioneira nos anos 40 as chamadas “tecnologias keynesianas”: contas nacionais, balanços de pagamentos de índices de preços. Como se sabe, essas instituições ofereceram contribuições importantes para o processo de desenvolvimento industrial e de modernização da sociedade brasileira.

Roberto Campos não foi, porém, apenas um alto funcionário de agências do poder executivo. Lembrando Hayek, que diz: “não é bom economista quem for apenas economista”<sup>8</sup> ele resolve se tornar, a partir de 80, um policrata (híbrido de político e burocrata). Para se colocar do outro lado da política, no Congresso, ele teve de enfrentar os desafios da competição eleitoral. Roberto Campos descreve no último capítulo de “Lanterna na Popa” suas experiências como político, as campanhas em MT, onde suas habilidades de palanque e o atendimento de favores para a obtenção de votos se misturam com os triunfos trazidos pela condição de tecnocrata, intermediando empréstimos internacionais para o seu estado.

A sua memória narra as análises técnicas sobre o desenvolvimento industrial, planejamento, sistema financeiro, reserva de mercado para a área de informática e outras questões do gênero, nas quais o autor esteve envolvido. Nos “ensaios econômicos”<sup>9</sup> ele expõe seu ponto de vista, assumindo posições que poderiam ser denominadas “neoliberais”. Tal afirmação pode ser exemplificada pelo seguinte trecho: “nunca tive ocasião de exorcizar demônios bíblicos, mas em compensação especializar-me-ia depois no exorcismo dos

<sup>8</sup>. CAMPOS, Roberto. A Lanterna na Popa. Memórias. Rio de Janeiro: Top books, 1994. P. 237

<sup>9</sup>. CAMPOS, Roberto. Política econômica e mitos políticos, Rio de Janeiro: Editora APEC, 1965



demônios econômicos do nacionalismo, do estatismo e do protecionismo, que tanto contribuíram para o nosso atraso econômico. Em seu ensaio Política econômica e mitos políticos defende abertamente a revolução de 64, dizendo;

Devemos ter paixão pelo desenvolvimentismo, mas suficiente razão para organizá-lo. Devemos apurar nossas qualidades, ao invés de buscar sempre o esporte infantil de transferir para outrem - os trustes, os EUA, os anjos ou o diabo - a culpa de nossa pobreza. Para conseguir a meta de termos uma sociedade justa e próspera, com o direito de gozar a riqueza, porque já superou a pobreza, é preciso que o Estado prossiga como o pulso firme.<sup>10</sup>

Assim justifica-se o seu apoio ao golpe de 64. A revolução de março para Roberto Campos livrou o país da radicalização de atitudes políticas que estavam conduzindo ao imobilismo administrativo, a inflação desenfreada, ao retrocesso econômico e a perda de substâncias das instituições democráticas. Tudo de acordo com velho modelo marxista mal dirigido, da necessidade histórica de superação do capitalismo. Quando Roberto assume o cargo de ministro do planejamento no Governo de Castello Branco, há um elevado reforço de suas convicções políticas:

observei ainda todos os homens de boa vontade e senso comum no Brasil reconheciam que “nossa taxa de eficiência econômica estava muito abaixo do que poderíamos alcançar e que nossa taxa de injustiça social estava muito além daquela que deveríamos tolerar”. Numa tentativa de moderar ímpetos de distributismo prematuro, que sem desenvolvimento não existe riqueza a distribuir; mas sem justiça social não existirão nem continuidade nem estabilidade, e as instituições estarão permanentemente ameaçadas.<sup>11</sup>

Roberto Campos como ministro do planejamento adotou como principais medidas:

1. Ajuste fiscal, com corte das despesas e aumento da arrecadação tributária e de tarifas públicas;
2. redução das taxas de expansão dos meios de pagamento;
3. controle de crédito ao setor privado;
4. restrição do aumento salarial à taxa de produtividade, utilizada primeiramente ao setor público e depois ao setor privado.

A inflação adotou uma estratégia de redução gradualista, enquanto o crescimento deveria atingir uma média de 6% ao ano. Para tanto, foram realizadas algumas reformas estruturais, tais como a reforma tributária, com substituição dos impostos em cascata pelos de valor adicionado; a reforma trabalhista, substituindo o regime de estabilidade pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com ônus ao empresário; a reforma do sistema monetário, com a criação do Sistema Financeiro Brasileiro (SFB), com a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN),

<sup>10</sup>. CAMPOS, Roberto. Política econômica e mitos políticos, Rio de Janeiro: Editora APEC, 1965

<sup>11</sup>. CAMPOS, Roberto. A Lanterna na Popa. Memórias. Rio de Janeiro: Top books, 1994. P. 570

responsável pela política monetária, em substituição à Superintendência para a Moeda e Crédito (SUMOC), subordinada ao Ministério da Fazenda, do Banco Central do Brasil (BACEN) responsável pela execução da política monetária elaborada pelo CMN, e regulador do funcionamento dos bancos; do Banco Nacional de Habitação (BNH) para gerenciar os recursos oriundos do FGTS, e distribuí-los por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e, finalmente, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para administrar os mercados primário e secundário de ações. Além disto, a ampliação da abertura da economia ao capital externo, sob as formas de risco e de empréstimo, contribuíram para a eficiência do SFB, que vieram a suprir a carência estrutural de poupanças internas pela Lei nº 4.131 (de 1962) e da Resolução n. 63 do BACEN.<sup>12</sup>

Toda essa formatação proposta por Roberto Campos, e implementada pelo então presidente Castello Branco, foi fundamental para a mudança do quadro econômico da época, provocando desdobramentos na economia contemporânea. Em todo sistema de regulamentação proposto, desde seu ingresso no Itamaraty, Roberto Campos esteve presente, apoiando e contribuindo para sua formatação, pode-se dessa forma concluir que Campos é uma peça chave para que compreendamos o processo de burocratização do Estado brasileiro e todas suas confrontações.”Lanterna na Popa” se torna, portanto, um eixo fundamental para a análise do cenário político-econômico do Brasil no período posterior a Segunda Guerra Mundial.

## **Cosiderações finais**

Através de suas memórias, Roberto Campos nos permite acompanhar a circulação das elites brasileiras por entre vários espaços sociais, como agências internacionais, os organismos do governo, o mundo financeiro empresarial, ou os meios acadêmicos; é possível também estimar o peso de certos triunfos para alavancar a uma trajetória como a sua na alta função pública: o desempenho escolar, permitindo a superação da origem de classe modesta e o ingresso na carreira diplomática; os estudos econômicos, garantindo a qualificação estratégica para o momento do pós-guerra; o “capital” técnico e social, acumulado em organismos internacionais e em reuniões, como Bretton Woods, por exemplo, onde travou conhecimento com Eugênio de Gudin e Otávio Gouveia de Bullhões, figuras de elite que foram decisivas em sua carreira, abrindo-lhe caminhos para o acesso às agências de gestão econômicas no Brasil.

A obra de Roberto Campos nos traz um ponto de vista particular sobre os processos

---

<sup>12</sup>. CAMPOS, Roberto. A Lanterna na Popa. Memórias. Rio de Janeiro: Top books, 1994. P. 555-813

fundamentais da história brasileira das últimas décadas e, sobretudo, abre dimensões novas, frequentemente não reveladas nas obras convencionais de história política e econômica. Mas deve-se ponderar as “verdades” presentes em *Lanterna na Popa*, ter claro a diferença entre verdade e sinceridade. Roberto Campos é sincero quando escreve, mas isso não significa a verdade. Para a historiadora Ângela de Castro Gomes o pesquisador corre o risco de ser enfeitado pelas fontes. Segundo Ângela: “a verdade como sinceridade o faria acreditar no que a fonte diz como se ela fosse expressão do que “verdadeiramente aconteceu”, como se fosse à verdade dos fatos, o que evidentemente não existe em nenhum documento”.

Roberto Campos esclarece sua pretensão de escrever tão longa obra por meio da justificativa de seu próprio título, ele diz: “Nunca tive profundidade, inteligência ou poder para erguer um farol que lançasse um fecho de luz para as gerações futuras. Estas memórias são apenas uma lanterna na popa de um pequeno barco. Como dizia Samuel Taylor Coleridge “a luz que a experiência nos dá é uma lanterna na popa, que ilumina apenas as ondas que deixamos para trás”. Dessa forma analisar suas experiências também poder ser significativo para as gerações posteriores que buscarão compreender a conjuntura política e econômica do Brasil.

## Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In; SADER, Emir(org). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2004.
- BALESTRIERO, Geraldo. *Gênese do Planejamento econômico do Brasil*. São paulo: USP, 1996. Tese(doutoramento em História) Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 1996.
- BARAN, Paul. *Economia Política do desenvolvimento*. 2 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- BIELSCHOWSHY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. 2 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAMPOS, Roberto. *Política econômica e mitos políticos*, Rio de Janeiro: Editora APEC, 1965

- \_\_\_\_\_, Roberto. *A Lanterna na Popa. Memórias*. Rio de Janeiro: Top books, 1994.
- CERTEAU, M. de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982
- DOSSE, François. *A História*. Bauru, São Paulo. Eusc, 2003
- GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editoria FGV, 2004. Introdução
- HALBWACHS, M.A. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento econômico no Brasil (1914-1991)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MAGDOFF, Harry. *Era do imperialismo: a economia da política externa dos EUA*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo Tardio*. 4ed, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MICHEL, Foucault. *História da sexualidade 3 cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *A inflexão*. In: *Economia Brasileira: uma introdução crítica*. 3Ed, São Paulo, Editora 34, 1998.
- PEREZ, Reginaldo Teixeira. *O pensamento político de Roberto Campos: da razão de estado à razão de mercado (1950-1996)* Rio de Janeiro, Editora FVG, 1999.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas. Editora Unicamp, 2007.
- RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica*. Brasília: UnB, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio*. In: *História: debates e tendências*. Passa fundo, V.2, N.1, 2002
- SIMONSEN, Mário Henrique. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora J. Olympio, 1976.
- SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas*. São Paulo, Edusc, 1998.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec: USP, 1997.